



FOTOS: ORLANDO ALMEIDA/GLOBAL IMAGES



Tolerância zero na segurança do primeiro-ministro, que ouvia 'What a wonderful world'

Passos sem “medo dos portugueses”

Balanço. PM analisou os dois anos de governação, afirmou não recear julgamentos eleitorais e apontou responsabilidades a Sócrates

OCTÁVIO LOUSADA OLIVEIRA

“Não fazemos tudo bem, mas fazemos tudo o que podemos pelo País. Não tenho medo dos resultados das eleições autárquicas, das europeias, nem dos portugueses e do seu julgamento.” Palavras de Passos Coelho, ontem, na apresentação da candidatura de Carlos Silva à Câmara Municipal da Amadora. Mas, antes disso, a ideia deixada pelo primeiro-ministro e pelo seu *staff* esteve longe de ser essa. Para controlar pouco mais de 30 pessoas que se avolumaram, junto ao Auditório dos Recreios foi montado um enorme dispositivo de segurança – entre agentes da PSP, polícias à paisana, corpo de intervenção e seguranças pessoais.

Mesmo sem qualquer protesto previamente convocado foi interrompida a circulação na Avenida Santos Matos, mas já a largas centenas de metros o controlo do trânsito foi bastante apertado. Quando Passos Coelho finalmente chegou, ouviu-se uma monumental vaia, com as expressões “gatuno” e “enganaste-nos” a serem as mais facilmente perceptíveis.

Imune ao ambiente hostil, o chefe do Governo dirigiu-se à mesa de honra e ouviu um saxofonista, por ironia, tocar o clássico “What a Wonderful World” – Que mundo maravilhoso, em português –, celetizado por Louis Armstrong.

Já na sua intervenção, perante

uma plateia maioritariamente do PSD – o CDS esteve representado pelo secretário-geral, António Carlos Monteiro, e pelo presidente da distrital de Lisboa, Telmo Correia –, Passos analisou os quase dois anos de governação, collocando a maior parte das responsabilidades no Executivo de José Sócrates. “No dia em que pedia mais sacrifícios aos portugueses e comunicava um

DELIBERAÇÃO

ERC reprova atitude de segurança de Passos

➤ A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) condenou a “tentativa do chefe de segurança do primeiro-ministro de impedir a recolha de imagens” do repórter Jaime Franco (TV) na deslocação de Passos Coelho ao ISCSP, a 26 de setembro de 2012, onde este foi recebido sob fortes protestos. No documento emitido, a ERC refere que o acontecimento se revestiu de “interesse público noticioso”, lamentando aquilo que diz ser “uma restrição ilegítima ao exercício do direito de informação”. O organismo recorda ainda “a importância da liberdade de imprensa enquanto fator essencial da democracia”.

novo aumento de impostos anunciava o contrato do TGV. Toda a gente sabia que Portugal não ia ter dinheiro. Isto foi ocultado durante muito tempo”, afirmou, sublinhando ainda que, quando foi eleito, “falou verdade” aos eleitores e que estes sabiam que o “caminho ia ser estreito e difícil”.

Porém, e apesar de reconhecer que sabe o que é “não ter condições para manter uma empresa” ou “perder o emprego”, realçou que “dois terços do ajustamento estão feitos”, passando ao ataque, ainda que indireto, a António José Seguro: “Tem alguma credibilidade quem diz que aumenta o défice e a dívida para fazer crescer a economia? Na oposição diz-se que temos feito pouco, mas pergunto: não foi pouco pedir o resgate, mas fechá-lo já o é?”

Os recados ao líder ao secretário-geral socialista continuaram: “Quem percebe que uma crise política nos faria regressar a 2011 e continua a pensar em eleições só está preocupado consigo. Prometer tudo a todos, como alguns fazem, mesmo aquilo que é contrário, é uma falsidade que os portugueses não deviam tolerar.”

Vários candidatos sociais-democratas às autárquicas estiveram presentes neste encontro, bem como o vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, o secretário-geral adjunto, José Matos Rosa, e o líder da bancada parlamentar, Luís Montenegro.

Delors quer cooperação reforçada na Europa

CONFERÊNCIA O ex-presidente da Comissão Europeia considera que a Europa tem de criar as condições para a retoma em Portugal

O antigo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors (1985-1995) defendeu ontem, em Lisboa, “uma Europa que tenha com um ideal comum de paz, de fraternidade e de equilíbrio social, com uma união económica e monetária mais coesa”.

O político de 88 anos que falava numa conferência na Gulbenkian, subordinada ao tema “Prioridade: Consolidar a União Económica e Monetária”, referiu a respeito das dificuldades pelas quais Portugal está a passar, que “A Europa não é a solução [para os problemas do país], mas é parte da solução”, lembrando a sua frase por altura do Tratado de Maastricht, “ajuda-te a ti próprio e a Europa ajudar-te-á”. E acrescentou que “a Europa tem que criar as condições que deem

aos portugueses as bases para o crescimento e o emprego”.

Delors considera que a união económica e monetária “como está não é gerível” e que “praticamente tem que ser toda reconstruída”, aguardando-se agora “a Europa da retoma”. Para o antigo presidente da Comissão, a Europa enfrenta três choques: o das soberanias, o da globalização e o dos erros humanos, “que têm que ser reparados”, referindo-se à “ideologia do dinheiro rei”, em que calmos, e que “levou também a uma crise moral”.

Para Delors, “a cooperação é o elo que falta” na união económica e monetária, que “está só a funcionar numa perna, a monetária, esmagando a económica”. E criticou a passagem apressada para o euro, quando na sua opinião “devíamos ter preparado essa passagem num espaço de três ou quatro anos”, insistindo que “hoje, o problema essencial é repor esta estrutura da Europa económica e monetária”.

EDUARDA FROMMHOLO



Jacques Delors esteve reunido com Cavaco Silva em Belém

DIREITO DE RESPOSTA

Outros casos: “Condenado por burlar ministério da irmã”

Ao abrigo da Lei de Imprensa n.º 2/99, de 13 de janeiro, artigos 24.º, 25.º e 26.º, o DN recebeu de José Manuel Couceiro da Costa Pizarro Beleza o Direito de Resposta ao artigo “Condenado por burlar ministério da irmã”, publicado a 23 de maio de 2013, o qual aqui reproduzimos:

É falso que tenha sido julgado à revelia. Regressei ao País logo que foi designada a data para ser ouvido pelo juiz de instrução. É falso, também, que a pena tenha sido julgada inconstitucional. Todo o julgamento foi anulado por ordem do Supremo Tribunal de Justiça e mandado repetir. O processo-crime prescreveu sem que esse julgamento se comple-

tasse e, portanto, sem qualquer condenação. O único julgamento que ficou a existir foi o da parte civil, no qual fui integralmente absolvido por o tribunal entender que não se verificou qualquer burla, ao contrário do que – lamentavelmente e contra a verdade – o DN colocou em título. Porque o DN nunca noticiou a absolvição, junto a esta carta cópia da conclusão da sentença proferida pela 2.ª Vara Cível de Lisboa em 23 de março último.

NOTA DA DIREÇÃO: O DN publica todos os pedidos de direito de resposta e de esclarecimento, conforme determina a lei. Tal não significa que não mantenha a informação publicada.